



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

No dia 14 de agosto de 2024, às 14h30min, no formato remoto, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Bárbara Pereira Collier; Nivaldo Jorge Machado; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Severino Carlos Amorim; Rafael Farias Almeida; Ana Paula de Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura;** Conselheiros (as) Suplentes: **Natália Oikawa; Gerlane Souza de Lima; Dayvton Diego Almeida; Salatiel Magno Siqueira Alves; Renato Fonseca; Renan Cabral da Silva; Francisco de Assis do Nascimento.** Pauta: **01.** Informes; **1.1.** Indicação de 01 (um) suplente para Comissão Deliberativa (Curadoria) do Funcultura/2024 – URGENTE; **02.** Apresentação do Censo Cultura de Pernambuco (Obic); **03.** Análise do processo da CEPAD sobre o Sr. Wagner Egito. **Amanda Carneiro**, após confirmar a presença dos conselheiros, tanto da sociedade civil quanto governamentais, pediu que Filipe Moura se apresentasse aos conselheiros presentes. **Filipe Moura** apresentou-se como novo representante da Secult no CEPC, uma vez que Yasmim Neves não fazia mais parte do Conselho. Descreveu o trabalho da Gerência de Territorialidade de Pernambuco. Explicou que a gerência desenvolvia parcerias com diversos municípios e gestores do estado, fornecendo suporte técnico para a realização das etapas da LPG e como aconteceria na PNAB. Também mencionou que a gerência mantinha uma linha direta com os fazedores de cultura dos municípios e que a equipe estava focada em dar suporte às atividades da secretaria que ocorriam fora do espaço físico em Recife. **Amanda Carneiro** passou para os informes, comunicando sobre dois eventos, cujos convites haviam sido compartilhados no grupo. O primeiro convite, da deputada Rosa Amorim, era para o evento "Cultura Popular na Educação", a ser realizado no dia 23 de agosto, às 9h, no Auditório João Coutinho, FCAP/UPE. O segundo convite, da Fundaj, era para a exposição "Elas", que ocorreria no dia 15 de agosto às 17h, no Museu do Homem do Nordeste, em Casa Forte. Amanda destacou que ambos os convites chegaram por e-mail do CEPC e que ela já os havia compartilhado no grupo, pedindo também que qualquer outro informe sobre eventos fosse colocado no chat para anúncio. **Rafael Farias** sugeriu iniciar pelos informes, mas destacou que poderia fazê-lo depois, pois o primeiro ponto de pauta era a apresentação da OBIC, seguido pela questão envolvendo Wagner. Mencionou que, na última reunião, havia sido acordado começar esta reunião com a apresentação do OBIC, que seria breve. Pediu para iniciar com esse ponto, devido à sua conexão instável e à necessidade de leitura de documentos. Ressaltou que o OBIC tinha um prazo para apresentar o documento, que já estava atrasado, e, caso não fosse possível, seria necessário formalizar que a contribuição não foi obtida. Informou que outros conselhos já haviam realizado



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

reuniões extraordinárias para escutas, e que, se o OBIC não pudesse apresentar após o horário de Wagner, seria necessário assumir essa responsabilidade. Rafael também expressou sua frustração com a dificuldade de conexão, questionando como a reunião prosseguiria sem a participação efetiva do presidente e sem vice-presidente. Ele desabafou sobre a falta de foco nas reuniões, lamentando a repetição de debates e a dificuldade em avançar nas discussões, pedindo aos companheiros para manterem o foco. **Wagner Egito** comentou que o problema estava na falta de clareza sobre o ponto da reunião em que se encontravam, pois a discussão sobre o OBIC começou antes dos informes, gerando confusão. Ele sugeriu que, se fosse respeitado o tempo de 20 minutos para a pauta do OBIC, concordaria, já que o próximo ponto exigiria mais tempo. Também mencionou que, devido à ausência de Rafael no início da reunião, o coordenador do Minc em Pernambuco não havia sido apresentado, o que poderia ter causado desinformação. **Rafael Farias** reconheceu que sua conexão estava ruim naquele dia e mencionou que estava mudando de local para tentar melhorar a condução da reunião, aguardando apenas o início da mesma para se deslocar. **Cleonice Maria** sugeriu que os informes fossem deixados para o final da reunião, colocando a apresentação do OBIC em primeiro lugar, seguida pela questão de Wagner. Justificou que os informes são apenas para informar, sem necessidade de debate, e mencionou que sua sugestão foi acatada pelo presidente. **Willyssys Wolfgang** solicitou utilizar seus três minutos para fazer algumas observações. Primeiramente, mencionou que ainda aguardava um retorno de Yasmim e Ana Paula Jardim sobre uma reunião anterior, destacando a importância de registrar em ata as questões sobre regionalização e a disparidade na distribuição territorial dos recursos em todos os editais e ações. Reiterou que essa questão estava prevista na Lei Estadual da Cultura e propôs a criação de um grupo ou reunião para discutir ajustes. Em seguida, comentou sobre as reclamações que vinha recebendo de sua base e de outras regiões sobre atrasos nos retornos prometidos pela Secult, sugerindo que isso poderia ser consequência da sobrecarga da Secretaria. Ressaltou a necessidade de evitar que esses atrasos se tornem recorrentes, lembrando que, por muitos anos, os retornos da Secult haviam sido pontuais. Por fim, Willyssys mencionou um levantamento recente da Ancine sobre a produção audiovisual no Nordeste, destacando que Pernambuco produziu 91 filmes entre 1995 e 2023, quase o dobro do Ceará, que produziu 53. Ele atribuiu esse sucesso às políticas públicas de fomento implementadas pela Secult e enfatizou que Pernambuco também se destacou como o maior consumidor de filmes na região, com cerca de 4,4 milhões de espectadores. **Amanda Carneiro** informou que a equipe do OBIC já estava na sala e que Manuella, a coordenadora do OBIC, iniciaria a explanação sobre o ponto de pauta "Apresentação do Censo Cultural de Pernambuco" e passou a palavra para a Coordenadora Manuella. **Manuella Oliveira** agradeceu ao Conselho pela oportunidade de apresentar o projeto "**Censo Cultural de Pernambuco**", destacando a importância e relevância da iniciativa. Ela explicou que o OBIC é um setor de análise de dados e

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

indicadores culturais do estado, responsável por desenvolver projetos focados em compreender a cultura pernambucana por meio de dados e números. O projeto busca mapear fazedores de cultura e equipamentos culturais, ressaltando a importância da participação do Conselho nesse processo. Manuella sugeriu que o Conselho indicasse um representante para acompanhar o desenvolvimento do censo, mencionando que o setor de patrimônio já havia feito uma indicação. Ela finalizou passando a palavra para Danilo, pesquisador e analista de dados do OBIC, e disponibilizou o contato para dúvidas futuras. **Danilo Rafael** apresentou o projeto do Censo Cultural, ressaltando a importância do mapeamento das especificidades culturais do estado e a necessidade de conhecer melhor os agentes e suas linguagens. Ele explicou que o censo seria o principal instrumento de coleta de dados e que o formulário, elaborado em colaboração com várias gerências, visava levantar informações socioeconômicas dos agentes culturais. O censo seria dividido em duas partes, abordando tanto os agentes culturais quanto os equipamentos culturais, e buscaria garantir a participação do Conselho nesse processo. Danilo mencionou a intenção de fazer parcerias com municípios e outras instituições para facilitar a coleta de dados e melhorar a capilaridade do projeto. Ele destacou a relevância da participação dos conselheiros e concluiu convidando todos os conselhos a indicarem representantes para acompanhar o censo e abrindo espaço para perguntas e dúvidas. **Carlos Amorim** questionou como proceder quando um agente cultural atua em mais de uma linguagem ou segmento dentro do processo do Censo Cultural. **Danilo Rafael** respondeu que, no formulário, havia a possibilidade de o agente cultural indicar sua área de atuação. Ele explicou que, após essa indicação, o formulário continha perguntas sobre as áreas em que o agente atuava, permitindo que ele marcasse mais de uma opção. Danilo também respondeu a Wllyssys sobre o período de observação e aplicação do censo, informando que a intenção era mantê-lo aberto por sete meses, iniciando no final do mês e se estendendo até março do ano seguinte, para que muitos agentes pudessem acessar o mapa cultural. **Wllyssys Wolfgang** agradeceu a Manuela e Danilo pela explicação, parabenizando-os e desejando força, destacando a importância do trabalho realizado. Como conselheiro do Sertão, ele acreditou que isso ajudaria a tirar muitas questões da invisibilidade e seria essencial para o trabalho conjunto. Wllyssys mencionou que havia colocado suas perguntas no chat e solicitou respostas, expressando também que considerava o tempo destinado ao tema muito curto. Ele sugeriu que os conselheiros deveriam solicitar uma apresentação mais detalhada em uma próxima reunião, em respeito ao trabalho de Danilo e Manuella, enfatizando a relevância dos dados e informações. **Danilo Rafael** explicou que estavam em tratativas há algum tempo sobre o projeto, lidando com questões que iam além do Observatório. Assim que retomaram, buscaram agilizar parcerias e entrar em contato com os conselhos. Ele afirmou que a devolutiva ocorreria logo após a finalização do censo, com um intervalo de dois a três meses para o tratamento dos dados. Danilo destacou a importância das parcerias com os conselhos municipais, ressaltando que a ideia era

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

alcançar o maior número possível de pessoas e que os conselhos ajudassem a identificar o público-alvo. Assim, poderiam ir atrás dos interessados e facilitar a participação na iniciativa, mantendo todos informados sobre o andamento do projeto e construindo o processo em conjunto. **Amanda Carneiro** compartilhou no grupo o contato e o e-mail do OBIC, para que os conselheiros pudessem esclarecer dúvidas e registrar informações. Ela agradeceu ao Conselho pela oportunidade de apresentar dentro do tempo estipulado de 20 minutos e expressou gratidão à Manuella e toda a equipe do OBIC pela apresentação. Amanda informou que, caso algum conselheiro quisesse contribuir ou fazer alguma explanação, poderia enviar suas sugestões à Casa dos Conselhos ou diretamente para o e-mail do OBIC, que receberia as informações até a próxima sexta-feira, 16 de agosto. Por fim, ela liberou a equipe do OBIC da reunião extraordinária. Amanda trouxe uma devolutiva a Wllyssys, informando que a secretaria executiva iria marcar a data solicitada e que entraria em contato nos próximos dias sobre a demanda mencionada. Ela explicou que seria necessário ter paciência para esperar até 48 horas por esse retorno, pois as secretárias nem sempre estavam disponíveis na Secult devido à realização de dois eventos naquela semana: a semana do Patrimônio, com atividades no Mercado Eufrásio, e uma equipe de educação patrimonial em Caruaru. Amanda confirmou que a solicitação já havia sido feita e que as secretárias estariam entrando em contato para agendar a formação do grupo de trabalho necessário para iniciar os trabalhos sobre a demanda levantada. **Rafael Farias** anunciou a discussão do item 3 da pauta, referente ao Processo Administrativo Disciplinar contra Wagner Staden de Vasconcelos Egito. Ele leu o relatório final da Secretaria de Cultura, que já havia sido disponibilizado anteriormente, ressaltando que passou despercebido por alguns. O relatório, datado de 23 de abril de 2024, tratava da abertura de inquérito administrativo para apurar a responsabilidade do agente honorífico Wagner, atual presidente do Conselho Estadual de Política Cultural. A Comissão constatou que foram realizadas diligências dentro do prazo legal, seguindo o devido processo legal. O inquérito foi instaurado devido a relatos de uma suposta agressão ocorrida em 8 de março de 2024, e a Comissão processante iniciou seus trabalhos em 26 de abril de 2024. Durante as audiências, testemunhas foram convocadas, e alguns não compareceram. A Comissão ouviu depoimentos que não corroboraram a agressão e destacou a necessidade de ampla defesa. Em 11 de maio de 2024, Wagner foi interrogado, e sua defesa foi apresentada em 17 de junho de 2024. A Comissão sugeriu encaminhar o caso para a Comissão de Assuntos Jurídicos e Ética do Conselho, dada a possibilidade de comprometimento da dignidade da função pública. Após deliberações, a decisão foi pelo afastamento de Wagner do cargo de presidente do Conselho, sendo necessário realizar novas eleições para a mesa diretora. O parecer final da Comissão foi encaminhado ao plenário do Conselho, que decidiu pelo afastamento definitivo de Wagner, e o processo foi formalizado através de uma consulta por e-mail. A divulgação dos autos do processo deveria ser solicitada por meio da ouvidoria. Farias encerrou sua fala explicando que

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

sua decisão se baseou na ética e no desgaste causado pela situação, sem julgar diretamente a conduta de Wagner. **Wagner Egito** não desejou retomar a discussão, reconhecendo que poderia se transformar em um debate longo. Ele respeitou o voto de Rafael, mas questionou a postura que ele alegou ter tomado. Wagner afirmou ser vítima de calúnia, negando as acusações de agressão e apresentando suas testemunhas e provas em um processo administrativo. Ele lamentou que o processo não foi devidamente analisado pelos conselheiros e criticou a falta de posicionamento da entidade responsável após quatro meses de investigação. Wagner ressaltou que a Comissão de Ética não leu nem debateu os autos, e que o relatório final não foi discutido. Ele se preocupou com a repercussão pública das acusações, que buscavam desgastá-lo e causar seu afastamento. Embora reconhecesse que outros conselheiros tinham provocado mais desgaste, ele se manteve coerente e não criticou publicamente os demais. Wagner destacou que o ônus da prova recaiu sobre quem acusa e que ele se desdobrou para apresentar evidências de sua inocência. Ele criticou a atuação da Comissão, que não se reuniu adequadamente para discutir o caso. Além disso, Wagner afirmou que o relatório continha afirmações tendenciosas e que as testemunhas apresentadas por ele contradiziam a acusação de agressão. Ele apresentou depoimentos que, segundo ele, demonstravam que não houve agressão. Wagner se manifestou preocupado com a sua honra e sua vida social e familiar, esperando cinco meses para apresentar suas provas e depoimentos aos conselheiros. Ele pediu a oportunidade de mostrar as evidências contidas nos autos, ressaltando que a Comissão e o Conselho não tinham a autoridade para dar a penalidade sem fundamentos claros. Wagner defendeu a necessidade de esclarecer a verdade e o direito dos conselheiros de terem acesso às evidências do caso. **Rafael Farias** afirmou que estava presente na plenária e não aceitou ser testemunha, pois não viu o que ocorreu. Ele mencionou ter notado a movimentação após o fato, mas não pôde afirmar o que não presenciou. Rafael destacou que analisou o processo e leu todas as testemunhas, mas não tinha condições de entender até onde uma ação poderia ser considerada agressão. Seu voto não se baseou na questão da agressão em si, mas no desgaste que a situação trouxe ao Conselho. Ele reconheceu que houve repercussão negativa, mas acreditava que a situação não feriu aspectos jurídicos mais sérios. Rafael preferiu votar levando em conta o desgaste do Conselho, que se manifestou em jornais e blogs. Ele concluiu defendendo o direito do artista de se apresentar e de apresentar suas provas, afirmando que isso era natural, e reforçou que seu voto foi nesse sentido, considerando que a questão ética realmente foi ferida. Após isso, passou a palavra para Marcelo. **Marcelo de Ogum** expressou que compreendia o que Wagner estava tentando dizer, mas ficou incomodado com as acusações feitas por ele. Marcelo achou estranho quando Wagner afirmou que tudo foi orquestrado desde 8 de março, questionando se a OAB de Pernambuco entraria em um "jogo de cadeiras" pela presidência ao emitir uma nota no dia 9. Ele se perguntou se o PT Estadual, ao vencer com 25 votos a 5, também teria feito um complô. Marcelo concordou com Rafael ao afirmar que eles não tinham

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

poder de polícia e nunca teriam. Ele comentou sobre o desgaste que a situação trouxe ao conselho, mencionando ações de Wagner que poderiam ser vistas como falsidade ideológica, como ter dado seus documentos a Rafael para votar. Também citou que, ao final de uma reunião, Wagner causou tumulto ao tentar mudar regras relacionadas à votação de suplentes e que não levou essas questões ao Conselho de Ética. Além disso, Marcelo mencionou um episódio em que Wagner tentou remover Nivaldo Jorge da Comissão, o que gerou confusão entre os membros do Conselho. Ele afirmou que, nos últimos quatro meses, as reuniões não avançaram devido ao foco contínuo em Wagner, e que essa repetição gerou desgaste. Marcelo defendeu que não precisava provar nada, pois o desgaste do Conselho era evidente. Por fim, criticou Wagner por chamado todos os conselheiros de golpistas, considerando essa uma falta de respeito à Comissão de Ética e ao Conselho. **Amanda Carneiro** sugeriu que os conselheiros considerassem fazer um acordo para permitir que todos falassem sem interrupções, mencionando que Wagner havia falado por 16 minutos sem ser interrompido pelos conselheiros. Ela propôs que fosse concedido a Wagner um tempo de resposta maior do que os três minutos habituais, devido ao grande número de questionamentos direcionados a ele, e pediu ao presidente que reforçasse essa orientação. **Wagner Egito** afirmou que a reunião foi marcada para analisar o processo e a acusação, e que, se continuassem com a mesma discussão que vinham travando há cinco meses, estariam apenas expressando opiniões sem analisar nada concreto. Ele enfatizou a importância de focar na análise dos autos e na apresentação das evidências, como áudios e outras peças do processo, para que a discussão fosse baseada em fatos concretos, em vez de repetir as mesmas opiniões. **Rafael Farias** mencionou que permitiu que Wagner falasse o tempo que fosse necessário, pois ele era o imputado e precisava se defender, já que ainda não tinha tido espaço para isso. Ele destacou que, apesar de ser importante respeitar o limite de três minutos, abriria exceções para que Wagner pontuasse outras questões, incluindo réplicas e tréplicas, se necessário. Respondendo a Wagner, Rafael afirmou que compreendia sua posição, mas não acataria a questão de ordem por um único motivo: não impediria que nenhum conselheiro se manifestasse, assim como ouviram Wagner por 16 minutos, os demais companheiros também deveriam ter a oportunidade de se expressar e enfatizou que não poderia cortar a fala de nenhum colega. **Alexandre Melo** acreditava que o objetivo da reunião seria analisar os autos referentes à denúncia de agressão contra Wagner, como havia sido mencionado. No entanto, ele observou que a discussão estava centrada no desgaste causado pela denúncia, o que, em sua opinião, desviava do tema principal. Alexandre ressaltou que o objeto da investigação deveria ser a denúncia de agressão e não o desgaste do Conselho. Ele também mencionou que o posicionamento da Secult sobre a denúncia não estava claro e fez uma comparação com a ex-presidenta, que foi deposta pelas consequências políticas e econômicas, sugerindo que algo semelhante estava ocorrendo ali. Por fim, pediu desculpas se sua observação foi inadequada. **Cleonice Maria** iniciou saudando o representante do Ministério da Cultura



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

de Pernambuco, Feliciano Félix, destacando a importância de sua participação na reunião. Ela parabenizou ao presidente pela iniciativa de proporcionar o momento para discutir a situação de Wagner, considerando que essa discussão era devida há meses. Cleonice questionou a postura do Conselho e pediu que todos se colocassem no lugar de Wagner, destacando a importância de seu direito à defesa. Ela relatou que, durante a conferência onde o incidente supostamente ocorreu, não presenciou nenhuma movimentação suspeita e reforçou que não estava ali para acusar ou defender ninguém, mas sim para garantir uma discussão justa. Cleonice também criticou a falta de acesso aos autos por parte dos conselheiros e apontou uma falha da Comissão de Ética ao seguir uma orientação jurídica de expulsão sem que o foco fosse o fato ocorrido em Brasília. Ela encerrou sugerindo que a discussão merecia mais tempo e profundidade. **Maestro Adailton** iniciou sua fala cumprimentando a todos e expressou seu descontentamento com a situação em relação aos fatos ocorridos. Ele ressaltou que a discussão estava se tornando repetitiva e que alguns colegas já haviam mencionado isso. Adailton esclareceu que o primeiro ofício enviado pela Secult mencionava a necessidade de apurar os fatos através de um processo administrativo, que não se referia ao caso de Brasília, mas a outros acontecimentos. Ele destacou que a secretaria enviou um ofício e duas portarias, as quais não foram atendidas, enfatizando que Wagner estava apenas afastado da presidência e que a questão da agressão não deveria ser debatida sob essa ótica. Adailton afirmou que as duas portarias da Secult não foram respeitadas, o que resultou em uma quebra de decoro. Ele mencionou que a Comissão de Ética não considerou essa questão e que o jurídico pode não ter orientado adequadamente a Comissão. O Maestro declarou ter enviado um ofício à Secult solicitando a instalação de um processo administrativo e ressaltou a importância de levar o assunto a sério, já que o Conselho havia perdido muito devido à situação. Ele também defendeu que os membros do Conselho não eram golpistas e que a Comissão de Ética tinha legitimidade nas suas deliberações, mencionando que Carlos Amorim havia comentado sobre a importância das eleições em reuniões anteriores. Adailton concluiu ressaltando que a Comissão de Ética participou ativamente do processo e deveria ser considerada nas decisões. **Rafael Farias** ressaltou que a Comissão de Ética tinha dois processos pendentes e que era necessário restabelecer sua função, uma vez que estava desfalcada devido à saída da vice-presidente, Yasmim Neves, que já não fazia mais parte do Conselho. Ele destacou a vacância na Comissão e a necessidade de recompor seus membros para deliberar sobre os dois processos em questão: um envolvendo o companheiro Wagner e outro, o companheiro Renato. Rafael informou que compartilharia essa questão no grupo dos 80, propondo a reunião da Comissão para discutir e deliberar sobre os pontos mencionados. **Carlos Amorim** cumprimentou a todos e observou que alguns conselheiros se deixaram levar pela emoção em relação ao caso do conselheiro Wagner. Carlos expressou apoio a Wagner, torcendo para que ele continue lutando para provar sua inocência. Ele afirmou que os autos estavam confusos

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

e dúbios, mas que a decisão sobre o destino de Wagner já havia sido tomada. **Rafael Farias** anunciou que agora seria a vez do companheiro Wagner apresentar alguns pontos dos autos do processo que trouxe. Ele informou que, após a apresentação, a palavra seria aberta para mais intervenções de conselheiros e conselheiras. **Wagner Egito** expressou sua intenção de contribuir para a cultura ao assumir a presidência do Conselho, ressaltando que não tinha interesses políticos. Ele destacou a importância do Conselho e sua função educativa, criticando o uso do Conselho para benefícios pessoais. Ele lamentou a falta de diálogo e o enfraquecimento do debate, afirmando que a gestão deveria ser responsável e não passar a culpa aos outros. Wagner mencionou que a reunião foi convocada devido a uma denúncia de agressão física, cuja acusação ele considerou infundada. Ele apresentou detalhes sobre a investigação, enfatizando que a denúncia não foi formalizada de maneira adequada. Durante a discussão, ele reiterou a necessidade de se focar nos autos do processo, evitando divagações e opiniões pessoais. Ele se definiu como ativista político, negando que a situação tivesse relação com questões raciais ou de gênero, e enfatizou que o processo foi aberto devido à repercussão de publicações na mídia. Wagner também apresentou provas, como vídeos e fotos, que demonstravam a presença de testemunhas e negavam a acusação contra ele. Ele se mostrou insatisfeito com a falta de suporte e a maneira como a situação foi tratada no Conselho. **Rafael Farias** informou que recebeu um e-mail da CEPAD. Ele planejou lê-lo e mencionou que, ao solicitar informações sobre o compartilhamento do processo administrativo disciplinar de Wagner Staden de Vasconcelos Egito, recebeu uma resposta esclarecendo que o processo havia sido encaminhado à Comissão de Assuntos Jurídicos e Ética do Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC). A resposta indicou que os autos completos do processo ainda não haviam sido enviados ao grupo oficial do CEPC. No e-mail, a Secretaria de Cultura do Estado esclareceu que a instrução do inquérito administrativo foi realizada pela comissão permanente, respeitando os preceitos legais, especialmente os relacionados ao contraditório e à ampla defesa. Ao final do processo, concluiu-se que não houve aplicação de penalidade, e as decisões foram tomadas de forma a garantir a autonomia do CEPC. A Secretaria ressaltou que a Lei de Acesso à Informação estabelece que os órgãos públicos devem assegurar a gestão transparente da informação, permitindo amplo acesso a ela, desde que respeitadas as informações sigilosas e pessoais. Além disso, destacou-se que a Administração tem um prazo de 20 dias para a resposta oficial. A Secretaria de Cultura se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos, reafirmando seu compromisso com a transparência e a legalidade. Por fim, Farias mencionou que foi informado de que não deveria ter compartilhado os autos do processo da forma como foi feito, sem afirmar se a ação estava certa ou errada, apenas registrando a orientação recebida. **Marcelo de Ogum** expressou que, em nenhum momento, o Conselho negou a defesa de Wagner e mencionou que ninguém no grupo foi influenciado por mídias. Segundo ele, a conduta do ex-presidente do Conselho foi questionável, pois este se colocou como



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

vítima e alegou que o Conselho desejava sua cassação. Marcelo contou que foi o primeiro a ligar para o ex-presidente, orientando-o a se defender e a procurar a delegacia. O ex-presidente afirmou que procuraria ajuda ao chegar ao local. Marcelo enfatizou que, quando conversou com Wagner e Adailton em particular, não pediram que ele se afastasse, mas sugeriram que ele fizesse um vídeo se defendendo. Ele criticou a inclusão de depoimentos na defesa de Wagner, argumentando que havia informações inconsistentes, como a alegação de que ele teria agredido uma testemunha. Para Marcelo, a maneira como os depoimentos foram tratados foi antiética e constituiu uma quebra de decoro, já que envolvia documentos sob segredo de justiça. Ele também lamentou que o processo estivesse interferindo no progresso da cultura e notou que, após o incidente, Wagner não se apresentou à reunião marcada. Ele finalizou afirmando que o Conselho sempre defendeu Wagner, mas que havia uma intenção de ele não sair da presidência. **Cleonice Maria** expressou que todos já conheciam os acontecimentos em questão, apesar de não terem acesso aos autos. Ela sugeriu que o Conselho avançasse com as políticas públicas para a cultura e focasse em discussões que fortaleçam o Conselho. Cleonice observou que o caso envolvendo Wagner e Jadion ainda se prolongaria, mas destacou que o relatório não comprovou a alegação de agressão. Ela propôs que o texto do relatório fosse corrigido, afirmando que Wagner não deixou a presidência por uma acusação de agressão, mas sim pelo desgaste causado ao Conselho. Cleonice ressaltou a necessidade de ajustar a redação para esclarecer que não houve comprovação de agressão, evitando que o texto insinue o contrário. Ela concluiu sugerindo que o Conselho focasse nas questões culturais do Estado, evitando que o caso Wagner interrompesse o avanço das discussões. **Rafael Farias** afirmou que o Conselho não tinha autoridade para interferir na decisão da Secretaria de Cultura ou da CEPAD, nem para alterar o texto em questão, pois era uma decisão da Secretaria e do processo investigativo realizado. Ele sugeriu que o grupo considerasse uma forma alternativa de abordar a situação e propusesse uma reparação dentro do grupo dos 80, em função da decisão tomada. **Cleonice Maria** reconheceu que não havia interferência nos autos feitos pela Secretaria, mas sugeriu que o Conselho poderia registrar essa questão em ata durante a reunião, o que seria possível fazer como conselheiros. Cleonice complementou a proposta afirmando que Wagner não foi afastado da presidência devido a uma agressão ocorrida na conferência, mas sim pelo desgaste causado pelos fatos, que ainda não foram totalmente esclarecidos e não tiveram provas conclusivas. Ela ressaltou que isso foi mencionado pela Comissão de Ética e pelas pessoas que votaram a favor de sua saída. Portanto, sugeriu que esse motivo fosse registrado em ata, esclarecendo que o afastamento de Wagner se deu pelo desgaste, e não por agressão física. **Rafael Farias** afirmou que poderia colocar a questão em votação, mas destacou que a decisão da Comissão de Ética já havia deixado claro que o afastamento de Wagner não foi devido à agressão. Ele explicou que o parecer da Comissão mencionou que, considerando o conjunto probatório, a decisão foi baseada na violação da ética, disciplina e hierarquia, o

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

que prejudicou a imagem do Conselho de Política Cultural de Pernambuco. Rafael enfatizou que a Comissão de Ética apontou que o problema estava relacionado à conduta inadequada de Wagner, dado o cargo que ocupava, e não à agressão em si. Ele concluiu dizendo que essa questão já estava claramente expressa na decisão da Comissão. **Wagner Egito** complementou a proposta de Cleonice, afirmando que o processo em questão não teve uma conclusão definitiva. Ele explicou que a Secretaria de Cultura conduziu o inquérito e o encaminhou ao Conselho, mas sem apresentar uma conclusão final. Wagner concordou com Cleonice, destacando a necessidade de reafirmar o parecer da Comissão de Ética, que já indicava que a agressão não foi comprovada. Ele ressaltou que os conselheiros não têm como afirmar que houve agressão, pois o processo permanece inconcluso e foi transferido ao Conselho para deliberação. **Nivaldo Jorge** esclareceu que, em sua votação, não votou com base na acusação de agressão, nem foi influenciado por qualquer ilusão. Ele afirmou que votou de forma consciente, com base nos laudos fornecidos pela Comissão de Ética, e enfatizou que não se tratou de um golpe, mas de uma decisão fundamentada. **Rafael Farias** reiterou sua concordância com Nivaldo e sugeriu colocar em votação a confirmação de que o processo não foi conclusivo. Ele ressaltou que o parecer da Comissão de Ética já havia esclarecido que a maioria do Conselho votou pelo afastamento do presidente devido à violação de disciplina, hierarquia, ética e eficiência no serviço público, prejudicando a imagem do Conselho Estadual de Política Cultural. Após a votação, com 8 votos a favor e uma abstenção, foi aprovado que o afastamento do presidente Wagner Staden de Vasconcelos Egito se deu por sua conduta, e não por agressão à senhora Jadion, ficando registrado nos anais do Conselho. **Maestro Adailton** ressaltou que tudo o que foi discutido já estava registrado em ata. Ele apontou que o processo ainda estava em andamento e sugeriu que, enquanto isso, o conselheiro não deveria participar do Conselho até a apuração dos fatos. Adailton enfatizou que o Conselho não estava avaliando as portarias com um olhar jurídico, mas sim com questões pessoais. Ele argumentou que, se o ex-presidente precisava aguardar a conclusão do processo, deveria estar afastado, conforme as portarias, que não estavam sendo respeitadas. Além disso, afirmou que não era uma pessoa que seguia outras, como Carlos Amorim insinuou, e que levava suas responsabilidades a sério, sempre buscando entender as questões sob a perspectiva jurídica antes de se pronunciar. **Rafael Farias** informou que havia dois processos na Comissão de Ética: um contra Wagner Staden Egito e outro contra o conselheiro Renato. Ele mencionou a necessidade de recompor a Comissão, que estava com uma vaga em aberto, e se comprometeu a colocar a questão no grupo para que pudesse votar e indicar novos membros, se necessário. Rafael enfatizou a importância de ter essas comissões funcionando e convocou todos a participarem, destacando a relevância de analisar os fatos relacionados aos questionamentos sobre a conduta de Wagner. Rafael informou que havia proposto a indicação de um suplente para a Comissão Deliberativa de Curadoria do Funcultura e

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

destacou a importância de otimizar as ferramentas de tecnologia para avançar nas discussões. Ele mencionou que, em uma enquete, chegou-se à conclusão de que o grupo precisava focar em pautas relevantes, como a PNAB, que foi lançada em Recife, enquanto o Estado ainda não havia se posicionado. Rafael anunciou a convocação de uma reunião extraordinária para discutir essa pauta exclusivamente e mencionou que a maioria votou a favor de não discutir a questão da eleição de Jocimar, permitindo que o grupo avançasse na indicação da suplência. Ele solicitou que, se alguém fosse contra essa decisão, se manifestasse. **Wagner Egito** destacou a importância do debate e da discussão em um espaço político, enfatizando que o processo de argumentação é enriquecedor. Ele mencionou que a enquete foi decidida por 8 a 1, mas ele não votou, pois não considerou a enquete legítima. Além disso, observou que muitos conselheiros não estavam cientes do que havia sido discutido, já que o resumo dos encaminhamentos não foi disponibilizado. Wagner argumentou que o acesso à informação é um princípio fundamental e que as decisões devem ser mais consistentes. Ele concluiu que o assunto merece ser pautado novamente, já que a discussão anterior foi interrompida por falta de tempo. **Rafael Farias** expressou respeito pela opinião de Wagner, mas afirmou que não concordava, pois acreditava que cada presidência deveria direcionar os assuntos da forma que considerasse melhor. Ele mencionou que utilizava a ferramenta de votação em outros grupos e que era necessário otimizar o tempo. Rafael lembrou que a questão sobre Jocimar já havia sido debatida em reunião, onde ele foi votado, e que o suplente não pôde assumir devido a questões burocráticas. Ele apontou que, após uma denúncia apresentada no grupo, todos tiveram tempo suficiente para ler os documentos, e ressaltou que era importante avançar nas discussões. **Marcelo de Ogum** levantou uma questão de ordem para destacar que, no mundo da informática, todos têm seu tempo precioso. Ele argumentou que, ao colocar uma enquete, as decisões já estavam tomadas e que não fazia sentido voltar a discutir assuntos que já haviam sido decididos. Marcelo observou que a votação foi realizada, mas não foram mencionados os nomes dos votantes. Ele reiterou que voltar a tratar do assunto apenas perderia tempo. **Rafael Farias** expressou concordância com Marcelo, mas destacou a necessidade de respeitar o processo. Ele propôs seguir para a votação, solicitando que os presentes se manifestassem sobre a validade da enquete anterior, que indicava que a votação anterior foi inválida. O foco seria apenas na suplência da Comissão Deliberativa do Funcultura, sem alterar o processo democrático da eleição anterior. Rafael fez a contagem dos votos, e os participantes favoráveis se manifestaram, totalizando oito votos. Ao solicitar votos contra, não houve oposição, apenas duas abstenções. Assim, a enquete foi aprovada e a discussão sobre a indicação da suplência ficou agendada para a próxima reunião. **Amanda Carneiro** informou que havia três prêmios publicados: "A Fotografia", "O Prêmio Hermilo" e "O Palhaço Cascudo". Ela comentou que os outros dois prêmios que seriam disponibilizados eram "Pernalonga" e "Ariano", para que os conselheiros ficassem cientes. **Edvaldo Júnior** informou que o grupo estava entrando na reta final

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

do processo de ajuste técnico do Plano Estadual de Cultura. Em uma oportunidade anterior, ele mencionou que a Secretaria de Cultura havia montado uma comissão para sistematizar as ações estratégicas da resolução anterior do Conselho, acrescentando ao debate as propostas aprovadas na 5^a Conferência Estadual de Cultura. Um documento base foi gerado, composto por diretrizes, metas e ações estruturadas para o plano estadual. Ele explicou que foi requisitado aos três conselhos que indicassem membros para compor um grupo de trabalho (GT), que debateria essas diretrizes, metas e objetivos do plano. Edvaldo coordenou o GT, que também contou com a participação do Maestro Adailton, Antônio Marcos Severino, Cleonice Maria, Edmilson Cordeiro, Fábio Alexandre, Francisco de Assis, Harlan Albuquerque Gadêlha, José Cleiton, Maria Carolina Zirpoli e Natália Cavalcante. O GT se debruçou sobre o documento básico e validou um documento que precisava passar por um último rito: o processo de priorização das metas do plano. Edvaldo destacou que um sistema de priorização já havia sido montado para ser apresentado ao Conselho, permitindo que todos os conselheiros participassem do processo. Ele solicitou que fosse agendada uma reunião do Conselho para apresentar as metas do plano, de forma que cada conselheiro pudesse interagir e avaliar se cada meta era prioritária ou não. Edvaldo sugeriu o dia 4 de setembro para essa reunião, visando finalizar o ajuste técnico do plano para que ele pudesse ser encaminhado à Assembleia Legislativa. Ele enfatizou a relevância de implementar o Sistema Estadual de Cultura em Pernambuco e pontuou que essa era a mensagem que desejava transmitir. **Rafael Farias** agradeceu a Edvaldo e perguntou a Amanda quando seria a próxima reunião ordinária. Ele foi informado de que a próxima reunião ordinária ocorreria no dia 11 de setembro, o que ele considerou distante. Assim, sugeriu a realização de uma reunião extraordinária e a inclusão dessa pauta. Rafael planejou sugerir no grupo que a maioria se posicionasse por meio de uma enquete, propondo duas datas, a saber, o dia 4 ou o dia 5, para que não fosse algo impossível. Ele expressou preocupação com a demora do Estado em se posicionar em relação à PNAB e achou que esses dois pontos eram muito importantes para Pernambuco. Além disso, mencionou a necessidade de discutir a aprovação do Pleno em relação à indicação da vice-presidência, destacando que isso também deveria ser tratado em reunião, seja ela ordinária ou extraordinária. Rafael propôs que fosse feita uma enquete com quatro ou cinco opções de datas e que já fossem incluídos esses pontos de pauta, que considerou muito relevantes, para não atrapalhar a reunião ordinária. **Marcelo de Ogum** apresentou um encaminhamento relacionado ao Festival de Verão da Ilha de Itamaracá, que seria inaugurado no dia 6 pela prefeitura. Ele destacou que Pernambuco possui duas ilhas, Fernando de Noronha e Itamaracá, e mencionou que havia conseguido marcar uma reunião com Yasmim Neves, levando um projeto da Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer. Marcelo solicitou ao presidente do Conselho um ofício reforçando a importância de incluir um cortejo cultural na abertura do festival. Ele argumentou que, embora as bandas sejam boas, a cultura popular, como Quadrilhas,



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Bumba Meu Boi e Maracatu, também é fundamental. O pedido foi encaminhado por e-mail para a Fundarpe e a Secult, e Marcelo aguardava retorno sobre a solicitação. **Rafael Farias** apresentou a proposta de Marcelo, sugerindo o envio de um e-mail solicitando a contratação de grupos de cultura popular para o Festival de Verão da Ilha de Itamaracá. Ele pediu que, se alguém estivesse contra o ofício em nome do Conselho, se manifestasse. Como não houve objeções nem abstenções, Rafael entendeu que a solicitação poderia ser providenciada. Ele confirmou que o e-mail seria enviado em nome do Conselho, reforçando o pedido de contratação de artistas da cultura popular. Ao final da reunião, Rafael declarou que já haviam discutido todos os pontos necessários. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Amanda Carneiro (Secretária)

Rafael Farias Almeida (Presidente)

Bárbara Pereira Collier

Nivaldo Jorge Machado

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Severino Carlos Amorim



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Ana Paula de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silva

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Filipe Moura

Natália Oikawa

Gerlane Souza de Lima

Dayvton Diego Almeida

Salatiel Magno Siqueira Alves

Renato Fonseca



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

Renan Cabral da Silva

Francisco de Assis do Nascimento